

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
PENSAR E FAZER**

---

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /  
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2018.  
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação  
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-93243-84-4  
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins  
comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

*Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva*..... 6

### **CAPÍTULO II**

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

*Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes* ..... 19

### **CAPÍTULO III**

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

*Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos*..... 33

### **CAPÍTULO IV**

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

*Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva* ..... 41

### **CAPÍTULO V**

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

*Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire* ..... 59

### **CAPÍTULO VI**

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

*Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante*..... 72

### **CAPÍTULO VII**

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

*Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo*..... 84

### **CAPÍTULO VIII**

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

*Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva*..... 97

## **CAPÍTULO IX**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

*Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva* ..... 111

## **CAPÍTULO X**

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

*Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira* ..... 124

## **CAPÍTULO XI**

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

*Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim* ..... 136

## **CAPÍTULO XII**

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

*Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota* ..... 160

## **CAPÍTULO XIII**

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

*Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes* ..... 173

## **CAPÍTULO XIV**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

*Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade* ..... 186

## **CAPÍTULO XV**

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

*Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins* ..... 196

## **CAPÍTULO XVI**

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

*Joel Severino da Silva* ..... 203

**CAPÍTULO XVII**

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

*Vicente de Paulo Morais Junior* ..... 215

**CAPÍTULO XVIII**

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

*Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos* ..... 225

Sobre os autores.....241

## **CAPÍTULO V**

### **AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?**

---

**Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire**

## AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

**Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa  
(UNL)/Lisboa – Portugal

**RESUMO:** O presente artigo é um recorte de uma tese de doutoramento em andamento que versa sobre os “Efeitos da Política de Avaliação por Resultados na Prática Docente: Estudo de Caso no Estado de Pernambuco”. Iremos discutir sobre a política de avaliação por resultado, avaliação em larga escala no Brasil e a avaliação por resultado em Pernambuco. Tal investigação é de natureza qualitativa, terá como instrumentos a observação, a entrevista semiestruturada com os atores escolares: docentes e gestão escolar. Será um estudo de caso em uma escola pública de tempo integral que vem apresentando resultados positivos nos índices propostos pela rede. Os resultados são preliminares, porque a recolha de dados empíricos ainda não foi efetivada. Logo, os dados aqui presentes são fruto de revisão bibliográfica e observações como docente no *lócus* de investigação. O paradigma da escola eficaz vem norteando a política educacional, para a tornar um paradigma hegemônico foram primordiais a redefinição do papel do Estado e revalorização da ideologia do mercado, sendo responsável pela elucidação do papel da avaliação educacional (AFONSO, 1999), pois, passa a ser “espelho” para os Estados demonstrarem a qualidade da educação e sua eficiência. Questionamos a ênfase e a pressão para que a escola e docentes atinjam os índices, voltando sua prática ao treino para responder testes, enquanto a formação humana, voltada aos valores fica em segundo plano, contudo, é de grande importância conhecer qual o impacto que a política de avaliação por resultado traz a prática destes docentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação, mensuração, política educacional, resultados.

### 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a mensuração dos resultados escolares ganharam destaque no cenário educacional nacional e internacional, ao serem utilizados como parâmetro para demonstrar a qualidade da educação de escolas e sistemas de ensino.

Na rede pública estadual de ensino a mensuração dos resultados escolares passou a nortear a política educacional em 2007 através do resultado as avaliações que estudantes fazem no fim de seu percurso escolar de testes padronizados. No Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) do Ensino Médio, realizadas por estudantes das séries finais do Ensino Médio. É imperativo afirmar que as mudanças na forma de gerir a educação trazem alterações para o trabalho dos atores nela estão envolvidos. Logo, com essa modificação na política educacional uma série de exigências e novos anseios são solicitados aos docentes para que o resultado seja alcançado. Sendo assim, neste artigo iremos procurar a compreensão

de como surge a escola eficaz em uma perspectiva global, bem como a política de reestruturação da educação brasileira e a política de avaliação por resultado em Pernambuco.

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa ao nível de doutoramento em andamento que versa sobre a política de avaliação por resultado na prática docente, para tal ação será realizado um estudo de caso no estado de Pernambuco.

Como resultados preliminares pudemos perceber que a cultura da mensuração dos resultados escolares altera a dinâmica da prática pedagógica docentes, pode prejudicar a formação humana em detrimento da obtenção de competências para resolução de testes, ou, o docente pode buscar caminhos alternativos para que a construção do conhecimento aconteça.

## **2. METODOLOGIA**

Para chegar a compreensão da problemática, do objeto de estudo é necessário traçar o caminho investigativo e fazer opções, para o desenvolvimento deste estudo, implica-nos a fazer as opções metodológicas e defini-las, objetivando a compreensão global dos fenômenos em causa, através do trato detalhado dos dados e das relações existentes e a possibilidade de concretização com êxito da investigação.

As opções metodológicas para o desenvolvimento desta investigação foi a qualitativa. Os instrumentos a serem utilizados serão a observação e a entrevista semiestrutura, analisadas a luz da análise de conteúdo de Bardin (2011). É um estudo de estudo de caso (YIN, 2001), pois, iremos concentrar a nossa pesquisa em 1(uma) 'Escola de Referência em Ensino Médio de Pernambuco', pois, estas escolas vem se destacando positivamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEB).

## **3. DISCUSSÃO**

### **3.1 ESTADO, POLÍTICA EDUCACIONAL E RESULTADOS: ALGUNS APONTAMENTOS**

O pluralismo dos termos utilizados para conceituar a educação no Brasil, com o propósito de mensurar a qualidade de educação passou a ter como parâmetro os resultados, com o crescimento da mensuração, norteadora da política educacional nos últimos anos.

Na escola temos um recorte da sociedade, uma vez que é uma das instituições sociais responsáveis pela socialização da cultura existente, que tem a função de formar os cidadãos que irão gerir e compor a sociedade que vivemos, logo, é primordial para o desenvolvimento humano e social.

A mudança na política educacional é realizada através da reforma e estruturação do Estado, que, vem ocorrendo em muitos países através de medidas

políticas e legislativas afetando a educação pública em geral, trazendo a título de exemplo: a descentralização, a autonomia de escolas, a livre escolha da escola pelos pais, o reforço aos procedimentos de avaliação e de prestação de contas, a diversificação da oferta de cada “público” em sua escola, a contratualização da gestão escolar e da prestação de contas (BARROSO, 2005, p. 726).

Logo, a avaliação ganha espaço no contexto das políticas educativas contemporâneas (AFONSO, 1999) ao emergir o paradigma da aprendizagem permanente e flexível, guiada por habilidades e competências esperadas para o desenvolvimento econômico e social integral, com o objetivo de aproximar os sistemas de ensino, as necessidades do processo produtivo e da competitividade globalizada (POCHMANN, 2005).

Para Biesta (2012) a cultura da mensuração traz um impacto sobre a prática educacional em diversos escalões das políticas educativas, nacional, internacional, práticas locais das escolas e de seus professores. No entanto, traz de positivo para as discussões sobre educação dados factuais, não apenas opiniões e suposições. Porém, o que precisamos questionar é será que é viável e seguro que esta gama de informação referente aos resultados passe a nortear as decisões da política educativa influenciando a mudança de modelos e práticas educativas, uma vez que “(...) as comparações internacionais, aos *rankings*, as políticas de responsabilização, a educação baseada em evidências e aos modelos de escola eficaz” (BIESTA, 2012, P. 812). Uma vez que as escolas integrais deixaram de ser uma política educacional no estado de Pernambuco, ganhando amplitude nacional nos últimos anos e estudos sobre tal política ainda são escassos.

O paradigma da escola eficaz tornou-se preponderantes nos sistemas educacionais, a exemplo, nos Estados Unidos, em 1960, o país estava no contexto histórico da Guerra Fria, crescia então os debates sobre a democracia nos países do ocidente especialmente devido a moderna legislação sobre a equidade dos direitos civis para negros e brancos. Neste contexto, nos Estados Unidos e na Inglaterra foram realizados os estudos sobre a “Eficácia Escolar” iniciais, justificada pela preocupação com a qualidade da educação e com as oportunidades educacionais oferecidas pela educação em seus países (BROOKE & SOARES, 2008).

O que motivou esta instabilidade foi o fato de um satélite da União Soviética ter chegado primeiro ao espaço chocou sua confiança nas escolas públicas no ano de 1957, trouxe assim a questão educacional para debate político (GOLDBERG & RENTON, 1995). O referencial da escola compreensiva, defendido pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que tinha como justificativa a equidade de crianças de 6 a 15 criada após a Segunda Guerra Mundial fora abalada com o lançamento do relatório “A Nation at Risk”. Este relatório colocava na berlinda as políticas sociais, considerando-as impotentes, por colocar o país em risco ao deixar de investir na formação das elites, e em relação a supremacia econômica, justificando assim a racionalização e diminuição de despesas públicas (NORMAND, 2003), como consequência, a posição na competição econômica global (DEROEUT, 2010).

Entre os estudos iniciais estes merecem destaque: o Relatório Coleman, nos Estados Unidos e o Relatório Plowden, na Inglaterra. O primeiro, procurou identificar e compreender o porquê da ausência de equidade educacional para os cidadãos em razão da raça, religião, cor, ou naturalidade em estabelecimentos de educação pública, nos variados níveis através do conhecimento segundo os termos da sua Lei de Direitos Civis de 1964. O Plowden, igualmente fora desenvolvido por demanda do Poder Público, porém, destinou-se a descrever o estado da arte da investigação acerca da qualidade da escola primária.

Os resultados surpreenderam: no Coleman, o nível social e econômico dos estudantes fora o fator mais associado a seu desempenho escolar. (BROOKE & SOARES, 2008). O do Plowden: que os fatores relacionados especialmente a escola não aparecem como essenciais ao desempenho escolar, ao menos na pesquisa. Em resumo, o desempenho escolar dos estudantes estava associado a nível socioeconômico, mesmo que contestados posteriormente, pois “[...] as conclusões derivadas do trabalho de Coleman não eram aceitáveis como ponto final para a discussão sobre a contribuição da escola” (BROOKE & SOARES, 2008, p. 106). Uma vez que havia a necessidade de compreender o sentido da eficácia escolar utilizando outros parâmetros além dos testes padronizados, como exemplo, aspectos do comportamento e socioafetivos, além de inserir um teste diagnóstico ao aluno entrar na vida acadêmica para perceber a contribuição da escola em seu desempenho. Sendo assim a equidade seria a capacidade da escola em diminuir as diferenças socioeconômicas dos estudantes, através da distribuição de resultados escolares. Outra maneira de considerar uma escola eficaz é que o estudante ao sair da escola tenha em cada etapa de ensino o conhecimento considerado acima da média sem levar em conta as questões socioeconômica (Brooke & Soares, 2008).

Em 2002 os resultados de testes padronizados foram utilizados para legitimar as políticas de *accountability* com a ratificação da lei “No Child Left Behind (NCLB)” em que: “[...] fundos atribuídos à educação compensatória nos anos 1960 fossem redistribuídos segundo uma política de *accountability* e de padrões de ensino, fixando objetivos precisos para os professores em matéria de sucesso escolar (NORMAND, 2008, p. 53)”, apesar de críticas. Este plano fora planejado pela Nova Direita e utiliza-se da mídia para convencer a opinião pública e “convidar” o sistema educativo a aproximar-se das empresas e ser mais competitivo, pois, “(...) produção das provas científicas que vieram reforçar essas teses” (Idem). Como resultado, a escola eficaz ganha força e sua legitimidade passa pelos centros de estatísticas elaboram quadros e gráficos, com uma metodologia própria para interpretação de informações cifradas ou através da exposição de um modelo matemático e seus postulados.

Outros estudos contrapõem o uso de testes ou avaliações ao afirmar que a avaliação não induz a excelência, consoante (ORFIELD & KORNHABER, 2001), tendo como consequência a naturalização das desigualdades. Logo, este tipo de avaliação faz parte do paradigma educacional neoliberal a exemplo do voucher, ticket-educação ou vale-educação (FRIEDMAN & ROSE, 1985; CHUBB & MOE, 1990). Sendo assim, compreendem que quando professores e estudantes debatem e há a

compreensão das normas, os objetivos da mesma são perseguidos, tem-se assim a avaliação formativa como ferramenta fundamental (SADLER, 1987).

Entre os estudos que procuram demonstrar os efeitos negativos do uso da mensuração dos resultados escolares, há o de David Berliner e Bruce Biddle (1996), em que procuram demonstrar que os “padrões” não estão caindo e que a nação não está em “risco”, mas foram criados com o objetivo de mudar o paradigma de financiamento da educação pública e as suas práticas correntes.

Há quatro dimensões que perpassam a política de avaliação por resultado para Maroy e Voisin (2013): A primeira, é a concepção de escola como “sistema de produção” (MAROY & MANGEZ, 2011) e não como instituição. A segunda, os objetivos educacionais vistos como conhecimentos especiais, por meio de dados quantitativos, data, indicadores, sendo assim padrões, modelos ou referenciais que se confrontam com os resultados efetivos, para ser possível a comparação e se as expectativas expressas foram alcançadas pelos agentes educacionais. A terceira é que os instrumentos de avaliação tornam-se centrais por mensurar o desempenho de estudantes, assim os exames têm grande valor. O quarto são as ferramentas de ação pública, a exemplo como contratos, financeiras e regulamentos para organização das “consequências” das avaliações de desempenho e de prestação de contas.

Um exemplo diferente ocorre na Finlândia, em que qualidade da educação está ligada ao avanço em relação a justiça social, logo “(...) ayudar a los alumnos con necesidades especiales, sumado a una estrecha interacción entre la educación y otros sectores — particularmente los sectores sociales y de salud— en la sociedad finlandesa” (SAHLBERG, 2015, p.137). Todavia a melhoria da aprendizagem está apoiada nos princípios se “(...) a equity, flexibility, creativity, teacher professionalism and trust.” (SAHLBERG, 2007, p.147).

Já Biesta (2012) destaca a necessidade da educação voltar-se para sua finalidade, ao invés de valorizar o que é medido, apenas o resultado, enfatiza a importância do compromisso com a questão dos valores, não apenas com a educação eficaz. Chama a atenção para o “input” educacional, caso deseje conhecer as evidências da prática educacional, e não apenas em tabelas de classificação (BIESTA, 2007).

Para a conquista da equidade na aprendizagem, o exemplo da educação da Finlândia é a ajuda especializada de acordo com as necessidades de cada um, ou seja, a diferença é considerada para elaborar os planos de estudos, tendo como resultado a equidade (SAHLBERG, 2015, p. 138). Pois a conquista do desenvolvimento econômico, social e a melhoria da qualidade de vida da Finlândia passou sem dúvida pelo investimento em educação. No entanto, precisamos enfatizar que a melhoria do rendimento dos estudantes finlandeses não deu-se apenas por fatores educacionais, mas pela estrutura ofertada pelo Estado de bem-estar social as crianças e suas famílias (SAHLBERG, 2015, p. 140). Há em muitos sistemas a visão oposta, vista através de uma lógica empresarial (BROADFOOT, 1996).

No Brasil, são escassos os estudos que demostrem os efeitos das políticas de avaliação por resultado, por isso precisamos inicialmente compreender como se deu a implementação dos mecanismos de regulação do Estado e o surgimento.

### **3.2 A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REGULAÇÃO E POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO NO BRASIL**

A reestruturação da educação brasileira coincide com a implantação das reformas neoliberais da década de 1990 em que altera áreas primordiais como social, econômica e educacional, lideradas por organismos internacionais, a exemplo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e/ou Banco Mundial - BM configurando a intervenção do Estado nestas áreas.

As intervenções do Estado tem respaldos nas grandes conferências internacionais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien, na Tailândia de 5 a 9 de março de 1990, tendo como convidados a Organização das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e BM. Foram definidos os parâmetros para construir os Planos Decenais de Educação. Já a conferência da Índia, ocorreu em 16 de dezembro de 1993, em que foi assinada a “Declaração de Nova Delhi”, em que é reafirmado os compromissos assumidos na outra já citada, no entanto, fora estabelecido as diretrizes e estratégias a serem acrescentadas no Plano Decenal Brasileiro de Educação, a exemplo.

Além do respaldo nas conferências internacionais, a reestruturação da educação do país ocorre simultaneamente com a nova política regulatória do Estado. Iniciada com a Constituição Federal Brasileira de 1988 e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 9.394/96). Neste processo a revitalização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a criação do Fundo Nacional para a Educação Fundamental (FUNDEF) tiveram papel muito importante, o primeiro por criar os sistemas de avaliação e estatísticas e o segundo pela descentralização financeira. Em 2007 o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, com características semelhantes, mas com maior abrangência, não apenas para o Ensino Fundamental, mas para todas as etapas da Educação Básica.

Vale destacar que o INEP criou os sistemas de avaliação: “[...] o SAEB, sistema de avaliação para a educação básica; o ENEM, exame nacional do Ensino Médio; e os exames nacionais para os programas de graduação, conhecidos como Provão.” (Lucena, 2017, p.7). Logo, as avaliações em larga escala tornaram-se uma realidade no Brasil. Ganharam força por volta da década de 1990 quando foram criados os sistemas de avaliação de países da América Latina, a exemplo o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação Educação Básica) em 1988. A centralidade destes testes se deu em parte por influência de organismos internacionais como o Banco Mundial, através de concepção, dos agentes, as técnicas de avaliações internacionais e as pesquisas (BONAMINO, 2002). Somados aos sistemas nacionais, foram criados

também nos estados da federação como: em 1991, o Sistema de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) em Minas Gerais; 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) no Ceará; 2000, o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), em Pernambuco, entre outros em estados e municípios. Logo, 14 dos 27 estados da federação em 2007 já haviam criados seus sistemas de avaliação (BONAMINO & SOUSA, 2012, p. 377).

No entanto, desde a década de 1960, foram introduzidos os testes de larga escala no Brasil. Contudo, o ano de 1980, foi determinante para esta introdução, constatou-se que havia no país um índice levado de reprovação e evasão escolar. Diante disto, foi organizada uma avaliação larga escala para estudantes do ensino fundamental e médio, que, em 1991 foi chamado de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esta avaliação era feita a cada dois anos por amostragem em escolas de Ensino Fundamental e Médio, por escolas públicas e particulares, quer urbanas ou rurais no fim de cada nível de ensino para perceber quais competências foram construídas satisfatoriamente. Além da avaliação, os estudantes respondiam questionário sobre a escola e seus agentes, realizou-se 10 ciclos desta avaliação até 2009. Tornou-se instrumento para diagnosticar e monitorar a qualidade da avaliação consoante (BONAMINO & SOUSA, 2012, p. 376).

Outro instrumento foi a Prova Brasil, criada em 2005 quando o país buscava mais informações sobre o desempenho dos estudantes, no início aplicou se de maneira censitária, para aferir o conhecimento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Mas torna-se um parâmetro para a criação dos sistemas de avaliação de estados e municípios. Dois anos depois o INEP cria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), constituindo-se como indicador de qualidade da educação básica nacionalmente.

Para o cálculo do IDEB são coletados dados do Censo Escolar, de período anual, e de avaliações nacionais (SAEB e PROVA BRASIL), com aplicação a cada dois anos. Para que o IDEB das escolas cresça é necessário melhorar a taxa de aprovação e o desempenho dos estudantes, ou seja, a (proficiência em Matemática e Língua Portuguesa) no teste. Logo, o IDEB torna-se “(...) um marco regulatório nas Políticas de Responsabilização no Brasil porque o governo federal, ao estabelecer metas para os sistemas de ensino estaduais e municipais e suas escolas, estava iniciando uma nova fase na reforma da educação brasileira”. (LUCENA, 2017, p. 8). A nova fase da reestruturação da educação, ocorrida a partir de 2007, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo Ministério da Educação. O PDE foi um conjunto de ações por meio do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” com 28 diretrizes, que estabeleceu incentivos financeiros para os Estados e municípios que os aderisse através do Plano de Ações Articuladas (PAR) (LUCENA, 2017, p.9). O ano de partida do IDEB fora 2005 e o final 2021, divulgando-se seus resultados em 2022, ano de comemoração do bicentenário da independência do país. O objetivo é que os estados e municípios tenham um padrão de qualidade na educacional parecido com a maioria dos 34 países desenvolvidos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), para tal precisam ter um IDEB igual a 6,0 (seis). Vale destacar que a ideia central que caracteriza o “(...) sistema de

responsabilização (*accountability*) é que, à medida que a qualidade da educação de cada escola e sistema de ensino passa a ser mensurada pelo IDEB, as escolas passam a ser cobradas em função de seu desempenho, o que contribui para melhorar os seus resultados”. (LUCENA, 2017, P.9).

Diante do exposto, é necessário voltarmos nosso olhar para a avaliação em larga escala, já que esta possibilitou os instrumentos de *accountability* na prática servindo de parâmetro para criação dos sistemas de avaliação de estados e municípios sendo o lado mais visível desta política.

### **3.3 A CULTURA DA MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PERNAMBUCO**

A cultura da mensuração por resultado no sistema público de educação de Pernambuco se deu ao mesmo tempo que os outros estados da federação com a criação do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). Durante a administração de Eduardo Campos em que trouxe o sistema de *accountability* ou responsabilização educacional como norteadores da política educacional. Com efeito, neste sistema a rede passou a ter larga divulgação dos resultados, criou vários indicadores de processo, como o monitoramento de notas por bimestre, dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática vivenciados, a frequência dos estudantes, dos professores e dos pais em reuniões, entre outros através do sistema informatizado, o Sistema de Informação da Educação de Pernambuco (SIEPE) para acompanhar este processo.

O SAEPE fora aplicado inicialmente em 2000, em 2002 e novamente em 2005, no entanto, em 2007 o resultado foi divulgado. Mas a partir de 2008 passou a ser aplicado anualmente a compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). Além dos testes, há questionários para professores e gestão e os estudantes respondem a um questionário socioeconômicos e cultural.

A criação de metas, o cumprimento das mesmas, associado ao pagamento do Bônus de Desempenho Educacional (BDE) são marcas da política educacional em Pernambuco, instituído e regulamentado pela Lei 13.486 de 01 de julho de 2008, 13.696 de 18 de dezembro de 2008 e o decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008. Para a base de cálculo do IDEPE são utilizadas as notas avaliações do SAEPE de Língua Portuguesa e Matemática e atrelado ao resultado do fluxo escolar: aprovação e evasão. Os estudantes são avaliados no fim do percurso escolar através do SAEPE realizado por estudantes do 2º, 5º e 9º do Ensino Fundamental e do 3.º do Ensino Médio (3.º ano ou 3.ª série do Ensino Médio) e 4º Ano do Curso Normal Médio de escolas públicas da rede estadual e municipal, no entanto, só os da rede estadual recebem o BDE. Vale destacar que para elevar o IDEPE, as escolas precisam melhorar as proficiências dos estudantes e a média de aprovação. Vale destacar que há uma avaliação diagnóstica realizada por estudantes da rede ao entrar na fase ou modalidade de ensino, mas este precisa ser eficiente. A meta a ser cumprida por

cada escola é pactuada entre a Secretaria de Educação do Estado e a escola. Para tal é calculada o observando a nota atual.

Dependendo do percentual de alcance da meta há o pagamento do BDE que pode variar de 50 a 100%, outro critério é a lotação do docente na escola, o mínimo é de 6 meses. (BONAMINO & SOUSA, 2012, p. 383). Sendo um bônus coletivo, recebem, os docentes e os que fazem parte da escola, como a gestão e as Gerências Regionais de Educação (GRE), em Pernambuco são 17.

Para as escolas que não conseguem alcançar a meta há um acompanhamento diferenciado pela Secretaria de Educação do Estado, com ações técnicas, pedagógicas e estruturais. A organização do SAEPE é realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), através do Centro de Políticas Públicas e Avaliação (CAED), desde a organização, correção e organização dos dados estatísticos, estão disponíveis para consulta no site <http://www.saepe.caedufjf.net>.

#### 4. CONCLUSÕES

Nos últimos anos a mensuração dos resultados vem norteando a política educacional. Traz para a escola o modelo empresarial, a escola eficaz, a que dá resultado.

As alterações na política educacional têm sua raiz nas reformas viajantes que estão ocorrendo em muitos países com as globalizações (SANTOS, 2011). Tais ações são mediados por forças supranacionais, econômicas e políticas nacionais, indiretamente com a influência exercido sobre o Estado e sua maneira de regular a educação (DALE, 2004, p. 441), provocando alterações na política educacional nacional.

Desta maneira, a escola que passa a nortear a política educativa é a eficaz. Esta tem um currículo prescrito com expectativas de aprendizagem e as avaliações padronizadas para aferir a construção das competências dos estudantes. Em razão disso, o professor é pressionado a desenvolver uma ação educativa que resulte na elevação dos índices educacionais, logo, a sua prática muitas vezes baseia-se em treino de estudantes para os testes, sobrecarregando-os (FREIRE, 2014).

No entanto, não podemos pensar apenas em uma educação que não proporcione bons resultados, mas a que os estudantes aprendam e construam seus percursos acadêmicos com sucesso. Entretanto, o que questionamos é a ênfase que é dada ao alcance dos resultados. Além disso, a pressão para que a escola atinja os resultados é excessiva, de modo que temas que dizem respeito a construção da cidadania e dos valores muitas ficam em segundo plano, portanto, a prática docente está moldada a cumprir um currículo prescrito e o treino para os testes como o objetivo maior da educação. Por isso, torna-se primordial conhecer qual o impacto que a política de avaliação por resultado na prática de docentes de escolas de tempo integral de Pernambuco.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, v. 69, n. XX, 1999.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. (5.<sup>a</sup> ed. rev.) Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n

BERLINER, David C.; BIDDLE, Bruce J. The manufactured crisis: Myths, fraud, and the attack on America's public schools. **Nassp Bulletin**, v. 80, n. 576, p. 119-121, 1996.

BIESTA, Gert. Why “what works” won’t work: Evidence-based practice and the democratic deficit in educational research. **Educational theory**, v. 57, n. 1, p. 1-22, 2007.

\_\_\_\_\_. Why “what works” won’t work: Evidence-based practice and the democratic deficit in educational research. **Educational theory**, v. 57, n. 1, p. 1-22, 2007.

\_\_\_\_\_. Boa educação na era da mensuração. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, p. 808-825, 2013.

Bonamino, Alicia. C. **Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.

BROADFOOT, Patricia. **Education, assessment and society: A sociological analysis**. Open University Pres, 1996..

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Editora UFMG, 2008.

CHUBB, John E.; MOE, Terry M. America's public schools: Choice is a panacea. **The Brookings Review**, v. 8, n. 3, p. 4-12, 1990.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Capitalismo e liberdade**. Editora Artenova, 1977.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”. **Educação & sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

FREIRE, Vilma Cleucia de Macedo Jurema. **Os efeitos da globalização no trabalho/identidade docentes**. Dissertação de Mestrado, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2013. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6251> acesso em 22/07/2017 às 14 h.

GOLDBERG, M.; RENTON, A.M. A nation at risk: ugly duckling no longer. In: GINSBERG, R.; PLANK, D. **Comissions, reports, reforms and educational policy**. Westport, Conn.: Praeger, 1995.

LUCENA, Ari Alves de. **Progepe: Módulo de Responsabilidade Social e Educacional**. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2017.

MAROY, C.; MANGEZ, C. La construction des politiques d'évaluation et de pilotage du système scolaire en Belgique francophone: nouveau paradigme politique et médiation des experts.

FELOUZIS, Georges et al. **Gouverner l'éducation par les nombres?: usages, débats et controverses**. Brussels: De Boeck, 2011. p. 53-76, 2011.

NORMAND, Romuald. Le mouvement de la school effectiveness et sa critique dans le monde anglo-saxon. **Sociologie, politique et critique en éducation, Revue de l'Institut de Sociologie, Bruxelles, ULB**, p. 135-166, 2003.

\_\_\_\_\_. Mercado, performance, accountability. Duas décadas de retórica reaccionária na educação. **Revista Lusófona de Educação**, n. 11, p. 49-76, 2008.

ORFIELD, Gary; KORNHABER, Mindy. **Raising standards or raising barriers?: inequality and high-stake testing in public education**. New York: The Century Foundation, 2001.

Poschmann, Marcio. Planejamento e avaliação. **Curso de especialização em gestão educacional**. Campinas: Unicamp. CD-ROM, 2005.

DEROUET, Jean-Louis. Entre la récupération des savoirs critiques et la construction des standards du management libéral: bougés, glissements et déplacements dans la circulation des savoirs entre recherche, administration et politique en France de 1975 à 2005. **Revue française de pédagogie. Recherches en éducation**, n. 154, p. 5-18, 2006.

SAHLBERG, Pasi. Un sistema escolar modelo. **Finlandia demuestra que la equidad y la excelencia pueden coexistir en la educación A Model Lesson**. Finland Shows that Equity and Excellence Can Co-exist in Education. 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. 4.ed. Cortez Editora, 2011.

SADLER, D. Royce. Specifying and promulgating achievement standards. **Oxford Review of Education**, v. 13, n. 2, p. 191-209, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2001.

**ABSTRACT:** The present article is a clipping of a doctoral thesis in progress that focuses on the "effects of the evaluation Policy results in teaching practice: a case study in the State of Pernambuco". We will discuss the evaluation policy resulting in, large-scale evaluation in Brazil and the assessment resulting in Pernambuco. Such research is qualitative in nature, the instruments will be observation, semi-structured interview with the actors: teachers and school management school. It will be a case study on a full-time public high school that has been showing positive results in indexes proposed by the network. The results are preliminary, because the collection of empirical data has not yet been carried out. Soon, the data here are the result of review and observations as a teacher in the locus of research. The paradigm of school effective guiding educational policy, comes to become a hegemonic paradigm were essential to redefine the role of the State and revaluation of the market ideology, being responsible for the elucidation of the role of educational assessment (AFONSO, 1999), Yes, becomes "mirror" to demonstrate the quality of education and your efficiency. We question the emphasis and the pressure to that school and teachers reach the indexes, returning your practice to practice to answer tests, while the human formation, geared to the values is in the background, however, is of great importance to know what the impact of policy valuation result brings the practice of these teachers.

**KEYWORDS:** education, educational policy, measurement results.

### Sobre os autores:

**Alexandre da Silva de Paula** Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: [aledpaula@outlook.com](mailto:aledpaula@outlook.com)

**Andressa Garcias Pinheiro** Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: [dessaduartepinheiro@hotmail.com](mailto:dessaduartepinheiro@hotmail.com)

**Angely Dias da Cunha** Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: [gelly.cunha@hotmail.com](mailto:gelly.cunha@hotmail.com)

**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida** Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Carlos André Sousa Dublante** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: [cdublante@terra.com.br](mailto:cdublante@terra.com.br)

**Celyane Souza dos Santos** Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [celyanesouza1@hotmail.com](mailto:celyanesouza1@hotmail.com)

**Cybelle Leão Ferreira** Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

**Dayvison Bandeira de Moura** Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemática Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: [analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com](mailto:analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com)

**Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna** Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

**Denise Rangel Miranda** Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

**Eder Aparecido de Carvalho** Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

**Edilza Laray de Jesus** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: [ejesus@uea.edu.br](mailto:ejesus@uea.edu.br)

**Elita Betânia de Andrade Martins** Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

**Erivânia da Silva Marinho** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [erivaniamarinho@hotmail.com](mailto:erivaniamarinho@hotmail.com).

**Fernanda Borges de Andrade** Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: [feborgesaz@yahoo.com.br](mailto:feborgesaz@yahoo.com.br)

**Francinalda Maria da Silva** Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: [francinaldageografia@gmail.com](mailto:francinaldageografia@gmail.com)

**Gilson Nazareno da Conceição Dias** Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: [gilsondias87@gmail.com](mailto:gilsondias87@gmail.com)

**Gyselle Leão Ferreira** Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

**Herivelton Nunes Paiva** Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

**Ingridy Lammonikelly da Silva Lima** Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPAOCPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Ítalo Martins de Oliveira** Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

**Ivair Fernandes Amorim** Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

**Jéfitha Kaliny dos Santos** Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

**Joel Severino da Silva** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com

**Jonas da Conceição Ricardo** Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

**Joselaine Cordeiro Pereira** Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); [joselainecep@hotmail.com](mailto:joselainecep@hotmail.com)

**Josemar Farias da Silva** Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

**Laís Venâncio de Melo** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: [laisvenanciomelo@gmail.com](mailto:laisvenanciomelo@gmail.com)

**Laudicea Farias da Silva** Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

**Luiz Arthur Pereira Saraiva** Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: [saraivaluizarthur@yahoo.com.br](mailto:saraivaluizarthur@yahoo.com.br)

**Maria Aparecida Monteiro da Silva** Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

**Maria de Fátima Leite Gomes** Prof.<sup>a</sup>. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

**Maria Nazaré dos Santos Galdino** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

**Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva** Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: [martarmiranda@gmail.com](mailto:martarmiranda@gmail.com); [mmiranda@uneb.br](mailto:mmiranda@uneb.br)

**Neide Borges Pedrosa** Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

**Raquel Costa da Silva Nascimento** Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

**Reginaldo Vandrê Menezes da Mota** Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

**Rogéria Moreira Rezende Isobe** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

**Selma Suely Baçal de Oliveira** Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

**Silvia Roberta da Mota Rocha** Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

**Suênia Aparecida da Silva Santos** Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: [sueniaaparecida@hotmail.com](mailto:sueniaaparecida@hotmail.com).

**Suzianne Lima de Moraes** Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: [suzianne.moraes@hotmail.com](mailto:suzianne.moraes@hotmail.com)

**Tyciana Vasconcelos Batalha** Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: [alftyaci@gmail.com](mailto:alftyaci@gmail.com)

**Vicente de Paulo Moraes Junior** Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: [vicentemjunior@hotmail.com](mailto:vicentemjunior@hotmail.com)

**Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire** Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: [vilmapanelas@gmail.com](mailto:vilmapanelas@gmail.com)

**Vilma Terezinha de Araújo Lima** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: [araujovilma@hotmail.com](mailto:araujovilma@hotmail.com)

**Viviana Maria dos Santos** Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).